

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 ENTRE A CONSPIRAÇÃO E A DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL: UM ESTUDO DAS OBRAS DE MONIZ BANDEIRA E OCTAVIO IANNI

THE CIVIL-MILITARY COUP IN 1964 BETWEEN THE CONSPIRACY AND STRUCTURAL DEPENDENCE: A STUDY OF THE WORKS OF MONIZ BANDEIRA AND OCTAVIO IANNI

Jéferson da Luz Pereira¹

André Ulysses De Salis²

PEREIRA, J. L.; SALIS, A. U. O golpe civil-militar de 1964 entre a conspiração e a dependência estrutural: um estudo das obras de moniz bandeira e octavio ianni. **Akrópolis** Umuarama, v. 19, n. 4, p. 249-262, out./dez. 2011.

RESUMO: Neste estudo discutem-se particularmente duas obras nas quais é possível observar, dentre outros elementos, explicações para o movimento militar ocorrido na noite de 31 de março de 1964. As obras selecionadas foram: O colapso do Populismo no Brasil de Octavio Ianni, e O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964 de Luiz Alberto Moniz Bandeira. O objetivo principal é identificar as principais características dessas obras para, posteriormente, contrapor suas explicações, situando-as em relação à tradição interpretativa existente no período, haja vista que ambas surgiram em plena vigência do regime militar, fato este que faz com que se apresentem de forma intrínseca e indelevelmente associadas a este contexto.

¹Acadêmico do curso de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Pitanga – PR.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe civil-militar de 1964, Governo João Goulart, Ditadura, Interpretações históricas.

²Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, graduado em história na UNESP/Assis, mestre em História pela PUC/ São Paulo.

ABSTRACT: This article will develop a study of two works in which it is possible to examine, among other things, explanations for the military coup occurred on the night of March 31st in 1964. The selected works are: The collapse of Populism in Brazil, Octavio Ianni and João Goulart's government: the social struggles in Brazil, 1961-1964 by Luiz Alberto Moniz Bandeira. The main objective is to identify the main features of these works to later liken his explanations, placing them in relation to the interpretative tradition existing in the period, given that both appeared in full force the military regime, a fact that makes them have intrinsically and indelibly associated with this context.

KEYWORDS: Civil-military coup of 1964, Government Goulart, Dictatorship, Historical interpretations.

Recebido em março/2011
Aceito em julho/2011

INTRODUÇÃO

Os anos que se seguiram após o início do governo de João Belchior Marques Goulart (1961) até o triunfo golpista (1964), atualmente, compõem um dos períodos mais estudados pela historiografia brasileira. Novas interpretações surgem a cada momento, “velhas” perspectivas de análise são contestadas e informações desconhecidas estão constantemente vindo à tona com o aparecimento de novas fontes. No entanto, há muito ainda para ser desvendado e analisado com relação ao tema.

O estudo a ser delineado nas páginas que se seguem centra-se basicamente em duas obras, buscando-se identificar nelas as principais ideias inerentes a uma temática específica, o golpe civil-militar de 1964, enfatizando também alguns aspectos relativos à figura e a atuação de João Belchior Marques Goulart. As obras selecionadas foram: *O colapso do Populismo no Brasil* (1968) de Octávio Ianni, e *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964* (1978) de Luiz. A. Moniz Bandeira.¹ Desse modo, buscar-se-á identificar as perspectivas de análise de cada autor, em uma tentativa de contrapor as interpretações. Na sequência, tendo em vista os aspectos divergentes implícitos em cada obra, objetiva-se uma melhor compreensão dos fatores que possivelmente condicionaram cada posicionamento, buscando-se ainda identificar a quais tendências interpretativas tais estudos estão vinculados. Por fim, será desenvolvido um levantamento, ainda que limitado e seletivo, de algumas das principais críticas que vem sendo construídas com relação às obras aqui estudadas, em uma tentativa de observar como parte da historiografia que se dedica ao tema vem tratando tais interpretações.

A proposta deste artigo sustenta-se na relevância do estudo de parte da produção de escritos históricos que tratam de um tema fundamental para o entendimento da formação da atual sociedade brasileira. É importante consi-

derar que a análise a ser desenvolvida, em conformidade com as proposições desse artigo, é algo pouco explorado pela historiografia que se dedica ao tema. Portanto, tal estudo se justifica, basicamente, pela insuficiência de pesquisas que se enquadrem nos moldes delineados nesta proposição, além, é claro, da importância historiográfica das obras aqui mencionadas, fato que acentua a necessidade de novos estudos referentes às mesmas.

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964: AS “PRIMEIRAS” ABORDAGENS

A ação golpista que solapou a democracia brasileira em 1964, que não pode ser desvinculada da figura de João Goulart, é cercada por uma vasta quantidade de análises, efetuadas por autores de diversas áreas da formação intelectual.² Segundo Carlos Fico (2004, p.20 e 21), inicialmente (logo após o golpe de Estado), observa-se a existência de um número reduzido de análises, por parte de historiadores, com relação aos acontecimentos que permearam e envolveram o golpe de 1964. “O fenômeno explica-se não por um desinteresse dos historiadores, mas pelas dificuldades peculiares à chamada ‘História do tempo presente’[...]” De tal maneira, se atualmente existe um número significativo de análises relacionadas ao tema, isso se deve antes ao trabalho de profissionais de outras áreas da formação intelectual, do que ao exercício reflexivo e analítico de historiadores (FICO, 2004, p. 20 e 21).

De acordo com Carlos Fico (2004, p. 21), os historiadores tendem ser mais receosos quando os processos históricos a serem analisados se inserem em temporalidades próximas a realidade por eles vivenciada. No entanto, jornalistas, cientistas políticos e sociólogos, geralmente não agem com a mesma cautela.

No quadro de análises formuladas por sociólogos e cientistas políticos, elaboradas ainda durante o regime ditatorial, encontram-se as obras *O colapso do Populismo no Brasil* (1968),

¹A escolha das obras se deu em virtude do fato de que ambas situam-se em temporalidades próximas ao desenrolar dos fatos, constituindo-se em visões formuladas ainda no calor dos acontecimentos. Nessa linha, várias outras obras poderiam fazer parte desta análise. No entanto, em virtude das limitações intrínsecas a um artigo acadêmico, uma discussão mais abrangente será deixada de soslaio.

²Dentre elas é possível destacar: DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 2006; TOLEDO, Caio Navarro. O governo Goulart e o golpe de 64. 18ª reimpressão da 1ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004; FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. (vol. 3 Brasil Republicano). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964). São Paulo: Paz e Terra, 1993.

de Octávio Ianni³, e O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964 (1978), de Luiz A. Moniz Bandeira⁴. Obras estas que serão analisadas com maior profundidade no decorrer deste estudo.

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 EM MONIZ BANDEIRA: UMA VERDADEIRA TRAMA CONSPIRATÓRIA

No livro O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964, grafado entre 1976 e 1977, período em que o Brasil ainda se encontrava sob a égide das forças ditatoriais, Moniz Bandeira efetua uma análise detalhada dos acontecimentos que permearam e envolveram o mandato governamental de João Goulart e, de uma forma ou de outra, implicaram em sua derrocada em 1964. Centrando-se em duas temáticas principais, porém de forma conexa, o autor primeiramente se debruça em uma densa análise sobre a influência Norte-Americana no Brasil, por meio da atuação da embaixada dos Estados Unidos, das multinacionais e da Central Intelligence Agency (CIA), junto à direita brasileira, enfatizando os aspectos conspiratórios que envolveram a derrubada do governo Jango.

Os agentes da CIA teceram, sem dúvida, toda a rede da conspiração contra o governo de Goulart, com a colaboração não só de militares brasileiros, mas, também, de latifundiários comerciantes e industriais, amalhando os radicais da direita para atos de terror e sabotagem, lutas de guerrilha e anti-guerrilha. (BANDEIRA, 1978, P.126)

O Brasil, no período pré-64, segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, assistia ao crescimento da participação popular junto às instâncias do poder decisório. Tal situação acabou contribuindo para a constituição de grande parte da oposição nacional, a qual se atentava para

os pretensos aspectos nocivos da participação popular na política.

A sensação de “eminente perigo” foi descrita por Bandeira (1978, p. 120 e 121) da seguinte maneira: “Na verdade, todos os esforços de organização e mobilização da vontade popular assombravam a burguesia [...] eram como espectros que lhe tiravam o sono. E, de uma forma ou de outra, Goulart se identificava com aquele movimento [...]”. No embate entre classes que se delineava as forças conservadoras contavam com aliados poderosos dentre as organizações públicas e privadas dos EUA.

O golpe de Estado de 1964 representara, a meu ver, um episódio de luta de classes, com o qual o empresariado, sobretudo seu setor estrangeiro, tratou de conter e reprimir a ascensão dos trabalhadores, cujos interesses, pela primeira vez na história do Brasil, condicionavam diretamente as decisões da presidência de república, devido às vinculações de João Goulart com os sindicatos (BANDEIRA, 2001, p. 21 e 22).

Em meio à “luta de classes”, o desfecho de todo um processo conspiratório seria o golpe de Estado deflagrado em 1964. Ação golpista articulada a partir de manobras norte-americanas. Nas palavras do autor:

Os chefes militares dos EUA, ligados à Junta Interamericana de Defesa, já estavam, entretanto, a interferir na política interna do Brasil. Não se limitaram a infiltrar no país armas e soldadas [sic], os Boinas Verdes, com o objetivo de frustrar uma eventual sublevação de esquerda, mais ainda auxiliaram seus colegas brasileiros e se imiscuíram, pessoalmente, na organização da trama para depor o governo de Goulart (BANDEIRA, 2001, p. 141).

Alguns pesquisadores que se dedicaram ao estudo do tema sugerem o enquadramento da análise de Moniz Bandeira em uma linha in-

³Octávio Ianni nasceu na cidade de Itu, no estado de São Paulo, em 1926. Graduou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1954, e obteve, dois anos depois, o título de mestre, concluindo seu doutorado em 1961. Ianni possui uma vasta quantidade de livros publicados, dentre eles O colapso do Populismo no Brasil, obra levada a público alguns anos após o golpe de Estado que levou ao chão o governo Jango. Para maiores detalhes sobre a biografia do autor ver: BASTOS, Elide Rugai. Conversa com sociólogos brasileiros. [entrevistas por] BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Marcio. São Paulo: Editora 34, 2006.

⁴Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira nasceu na capital do estado da Bahia, em 1935, transferindo-se para o Rio de Janeiro, em 1956, onde se formou em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas. Posteriormente, já em pleno período Ditatorial, doutorou-se em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Moniz Bandeira possui dezenas de obras publicadas, sendo que muitos dos seus livros foram produzidos e levados a público no período em que os grilhões da censura tentavam obstar a liberdade de criação intelectual. Maiores detalhes sobre a biografia do autor em: BANDEIRA, Luiz Alberto. Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (depoimento, 2003). Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

terpretativa chamada de intencional. “A ‘intencionalidade’ que está na base da argumentação do autor se expressa em uma hipótese de conspiração norte-americana, intimamente ligada à radicalização do programa de ‘reformas de base’” (OLIVEIRA, 2001, p. 158). Os estudiosos vinculados a essa linha interpretativa “[...] trabalham, principalmente, com a ideia de tempo curto, enfatizando a conspiração conjuntural. Não deixam, contudo, de se referir a uma dinâmica temporal mais extensa [...]” (DELGADO. In: REIS; RIDENTI; MOTTA, 2004, P.22).

A segunda temática passível de ser identificada em meio à análise do autor se refere a alguns aspectos centrais do governo João Goulart, seus ideais e sua atuação na administração nacional. Nesse ponto observa-se que, por mais que o autor tenha afirmado que: “[...] não se tratava de defender, mas de resgatar a memória de uma época, restabelecendo a verdade histórica, posto que a pura e simples condenação do governo de Goulart, [...] implicava uma justificativa do golpe [...]” (BANDEIRA, 2001, p. 22), grande parte da obra se trata, basicamente, de uma análise apologética do governo de seu amigo Jango, destacando a sua posição reformista, legalista e nacionalista, enfatizando seus feitos e minimizando seus defeitos. Tal postura, em defesa da imagem de Goulart, aparece claramente quando o autor observa a visão que se firmara do presidente brasileiro nos Estados Unidos. De acordo com Bandeira:

As autoridades nos EUA não tinham a menor simpatia por Goulart e nele confiavam cada vez menos [...]. O irmão do presidente dos EUA e ministro da justiça Robert Kennedy, conceituou deprimorosamente o governo de Goulart, como “desastroso” [...]. “A corrupção era endêmica” – escreveu, posteriormente, acrescentando que “Goulart, seu cunhado (Brizola) e seus amigos se tornaram alguns dos maiores proprietários de terra, alguns dos homens mais ricos do Brasil,” [...] (BANDEIRA, 2001, p. 92).

As acusações apresentadas são rebatidas pelo autor, por meio da alegação de falsidade e comprometimento com o ideal de desestabilizar o governo trabalhista brasileiro, em seu conteúdo. Na percepção de Bandeira:

Corrupção naturalmente houve, como em todo governo, não só no Brasil como nos

EUA e em outros países. Mas Goulart não se transformou em um dos maiores proprietários de terras, nem em um dos homens mais ricos do Brasil, depois de assumir a presidência da República. Ele já o era antes [...] (BANDEIRA, 2001, p. 92).

Não é o objetivo, neste trabalho, discutir a honestidade e a idoneidade de Goulart, mas, ao fazer uma análise do discurso de Moniz Bandeira, fica patente a minimização dos atos de corrupção, bem como, uma tentativa de negação de que os recursos públicos possam ter ajudado a multiplicar as riquezas de Jango. Tais argumentos e as defesas incontestes não podem ser compreendidos de outra forma, a não ser pelo prisma da apologia.

Segundo as linhas traçadas pelo autor observa-se que ele se propõe a desmistificar a ação golpista que derrubou o governo Jango, não perdendo a oportunidade de alfinetar algumas teorias sobre o populismo que tentavam explicar o triunfo golpista de 1964. Tal posicionamento acabava por dar um caráter obscuro aos acontecimentos, pois, segundo o autor, ficava difícil compreender os motivos pelos quais os setores médios e altos da sociedade nacional, que foram tão favorecidos por Jango, “[...] através da manipulação das massas, um dos elementos essenciais de qualquer conceito sobre o populismo [...]”, o golpearam (BANDEIRA, 2001, p. 21).

Na época, tive de ir diversas vezes a Montevideu para pesquisar em seus arquivos e entendi que devia também aproveitar a oportunidade para fazer entrevistas com João Goulart e publicar um livro sobre seu governo, por considerar que esta seria uma forma de desmistificar o golpe de Estado de 1964 [...] Além do mais, as teorias sobre o populismo, disseminadas, sobretudo em São Paulo, impediam uma interpretação correta do golpe de Estado de 1964 e pura e simplesmente o justificavam. Aplicadas ao Governo João Goulart, elas nada explicavam. Pelo contrário, confundiam. (BANDEIRA, 2001, p. 21)

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 EM OCTAVIO IANNI: “O FIM DO POPULISMO NO BRASIL”

Conforme observado nas linhas anteriores, Bandeira ressalta o aspecto nebuloso, obscurocedor da “veracidade dos fatos”, implícito nas teorias que tentavam explicar os aconteci-

mentos que permearam a década de 60 a partir dos desdobramentos do populismo. Logo, se um paralelo básico for efetuado, é possível identificar um dos principais expoentes de tal vertente, o sociólogo brasileiro Octávio Ianni.

Ianni, em *O colapso do Populismo no Brasil*, se dedica à elaboração de um denso trabalho de reconstituição da trajetória do populismo no país, trabalhando com um modelo de análise classificado por alguns autores como estrutural. Em termos de temporalidade, conforme destaca Lucília de Almeida Neves Delgado: “As análises estruturais, que predominaram na década de 1970, vinculam-se a dimensão de tempo longo [...]” (DELGADO. In: REIS; RIDENTI; MOTTA, 2004, p.22).

Seguindo os pressupostos teóricos e temáticos delineados por Ianni, no chamado “[...] jogo entre os diferentes grupos e classes sociais, durante cinquenta anos [...]”, torna-se possível identificar a existência isolada e, em determinados casos, concomitante de alguns padrões que visavam o aperfeiçoamento e crescimento da economia nacional (IANNI, 1971, p.53).

Na linha interpretativa apresentada, o autor delimita claramente quatro modelos principais. Em um primeiro momento destaca-se o chamado “modelo exportador”, padrão que consistia na preponderância do setor primário da economia nacional. O Brasil atuava como exportador de produtos primários, principalmente o café, e, em contrapartida, era impelido a importar produtos manufaturados. No período em que houve a preponderância desse modelo, os centros de proeminência política e econômica se concentravam nos estados de Minas Gerais e São Paulo, constituindo-se na denominada “República do Café com Leite”. A partir de 1930 esses grupos começaram a perder representatividade em meio ao cenário nacional. Entretanto, continuaram importantes no meio econômico e político brasileiro (IANNI, 1971, p.53 e 54).

Nos períodos subsequentes, o autor destaca a presença do chamado “modelo de substituição de importações”. Surgido em um momento em que o país passava por um processo de transição, deixando aos poucos de ser uma sociedade agrária e se tornando uma sociedade urbano-industrial, tratava-se de um padrão desenvolvimentista norteado por um projeto de Brasil, de “Brasil enquanto potência autônoma”. Nessa linha, um pacto entre classes sociais teria que ser firmado em prol da industrialização do

país. Esse padrão implicava, in verbis, em uma tentativa de substituir grande parte das importações por produtos nacionais, que seriam obtidos por meio da implementação do setor industrial (IANNI, 1971, p. 54 e 55).

No pós 64, com o chamado “colapso do populismo”, outro modelo, denominado “modelo de associação de capitais”, assumiu o papel de protagonista no processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da economia do país. Esse padrão implicava na dependência externa em prol do crescimento do setor industrial brasileiro, que seria potencializado por meio de investimentos estrangeiros diretos e indiretos. O quarto modelo referenciado pelo autor é o chamado “modelo socialista”, padrão que em alguns momentos se apresentou no Brasil como possibilidade real, mas acabou fadado às projeções (IANNI, 1971, p. 54 e 55).

Na sequência das etapas do processo histórico, o golpe de Estado de 1964 encerraria uma fase, representando a extenuação de um modelo centrado no pacto populista, um verdadeiro “colapso do populismo no Brasil”. Dessa forma, segundo Delgado: “A crise ocorre quando o modelo getuliano esgota um ciclo crucial de mobilizações, estando sujeito a fortes pressões populares” (DELGADO, 1986, p. 19).

O “modelo Getuliano” havia transposto uma fase importante. No entanto, mostrava-se incapaz de levar adiante os seus projetos. Além do mais, é necessário considerar que a forma como se desenvolvia a estruturação do setor industrial brasileiro estava em desacordo com os interesses das forças internacionais (IANNI, 1971, P. 54 e 55). Nesta toada, segundo Ianni, o próprio sistema acabou sendo responsável por manter em sua estrutura dois modelos distintos e contraditórios, o “modelo socialista” e o “modelo capitalista que implicava na associação a capitais internacionais”.

Entretanto, o modelo getuliano só poderia ser negado sob duas formas radicais: a revolução socialista ou a reintegração plena no capitalismo mundial. Como a democracia populista não foi capaz de formular e implantar uma interpretação de conjunto, relativamente às exigências inerentes à sua dinâmica interna, colocaram-se as alternativas. E essas alternativas apresentaram-se como inevitáveis, em decorrência do fato de que estavam inseridas internamente no padrão getuliano (IANNI, 1971, p. 122 e 123).

De acordo com Ianni, o desfecho golpista se apresentou como uma manifestação de opção, opção pelo modelo de organização e desenvolvimento econômico que preconizava a associação de capitais nacionais a estrangeiros (DELGADO, 1986, p.19). Posicionamento assumido, segundo ele, “[...] pela parte mais audaciosa, e mais consciente, da classe dominante” (IANNI, 1971, p. 123).

A análise desenvolvida por Ianni se dá em torno do processo de surgimento, estruturação e colapso da política populista no Brasil. Nesse ponto se faz necessária uma definição, ainda que limitada, de um dos conceitos centrais da análise do autor, tomado como característico do “modelo de substituição de importações”, o populismo.

O conceito de populismo, enquanto instrumento interpretativo dos acontecimentos políticos nacionais, foi analisado por Jorge Ferreira. Segundo ele: “O ‘populismo’ como noção para explicar a política brasileira de 1930 a 1964, tornou-se uma das mais bem-sucedidas imagens que se firmaram nas ciências humanas no Brasil” (FERREIRA, 2001, p.7). O político populista, de acordo com as representações criadas em torno do conceito, surgiria como um indivíduo dotado de intenções dolosas, um ludibriador.

Jorge Ferreira destaca que o populismo, enquanto conceito elucidativo, surgiu para responder aos questionamentos de uma época, na tentativa de proporcionar um entendimento dos motivos que fizeram com que as massas apoiassem tão apregoadamente Getúlio Vargas, a ponto de erigirem um movimento exigindo a permanência do ditador em 1945 e, posteriormente, manifestassem seu apoio aos representantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (FERREIRA, 2001, p.8).

Visando um melhor entendimento desse fenômeno, é necessário continuar seguindo os traços delineados por Ferreira. O populismo possui uma trajetória histórica e o entendimento desse percurso é essencial para a compreensão de suas conceituações. De acordo com Jorge Ferreira, no Brasil, o populismo se estabeleceu, em suas formulações iniciais, não a partir de definições acadêmicas, mas em meio ao embate político. Nas disputas políticas seu emprego inicial foi de instrumento para rotular pejorativamente os adversários. É possível entender essa definição como parte constituinte de uma guerra ideológica, aliás, uma estratégia utilizada para

enfraquecer os adversários em meio à luta pelo poder.

As elites liberais que perderam o poder em 1930, contrariadas com o intervencionismo estatal na economia, o cerceamento do regionalismo político, os ataques à tradição liberal individualista, a elevação dos trabalhadores à categoria de cidadãos e as arbitrariedades da ditadura do Estado novo, mas, sobretudo assustadas com o movimento “queremista”, passaram a explicar o apoio dos assalariados a Vargas, ressaltando a demagogia, a manipulação, a propaganda política, a repressão policial, [...] (FERREIRA, 2001, p.8).

Conforme destaca Ferreira, a partir da década de 50, em meio ao crescimento dos peitebistas em termos de representatividade, algumas teorizações sobre a política brasileira passaram a ser formuladas em determinados círculos intelectuais. Segundo ele: “[...] Interpretavam a política brasileira a partir da relação dual entre campo e cidade, entre líderes carismáticos e ‘massas’” (FERREIRA, 2001, p.9). Nestes termos, entende-se que o populismo teve seu surgimento como um artifício bélico a ser utilizado em contendas políticas e, foi somente alguns anos depois que teorizações acadêmicas sobre tal fenômeno passaram a ser desenvolvidas (FERREIRA, 2001, p.9).

Após o triunfo golpista de 1964, o populismo ganhou um peso maior em meio aos centros acadêmicos. Naquele momento, algumas teorizações começaram a incorporar as imagens negativas do conceito, formuladas anteriormente por políticos adversários aos que ocupavam a direção do país. Desse modo, a interpretação acadêmica serviu para reforçar uma imagem construída, no interior do jogo político, por elementos que constituíam a oposição (FERREIRA, 2001, p.9 e 10).

Seguindo o raciocínio desenvolvido por Jorge Ferreira, seria possível, ao mesmo tempo em que seria perigoso, através de uma aproximação das definições, relacionar o estudo de Ianni às teorizações acadêmicas surgidas após o golpe de Estado de 1964. Análises que, de certa forma, incorporaram as imagens pejorativas que circulavam em meio ao embate político. No entanto, o que se pode afirmar com mais convicção é que o estudo de Ianni surgiu para responder a um questionamento pertinente ao final da década de 60, que consistia em saber os

“reais motivos” que levaram ao golpe de 1964. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes:

O fenômeno do populismo passa então a integrar, com destaque, a nova agenda de investigações que visava responder a uma grande e crucial questão: quais foram as razões do golpe? É neste contexto intelectual e político que uma associação fundamental é traçada: as causas do golpe deitariam raízes no esgotamento da experiência populista, que passa a possuir uma clara periodização. Ela tem inícios em 1930, quando eclode o movimento militar liderado por Vargas, e se conclui em 1964, quando do movimento militar que depõe João Goulart. Desta forma, tanto o tema quanto o período se transformam num imperativo de pesquisa na área das ciências sociais. De 30 a 64 vive-se o “ciclo populista” e este adjetivo passa a se estender a diferentes substantivos. (GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 27).

Analisando algumas informações apresentados por Ianni, à luz de alguns apontamentos de Daniel Aarão Reis Filho, é possível chegar a algumas definições. De acordo com o autor, no interior de um processo de conciliação de s à industrialização do país, por meio da “política de massas”, os trabalhadores agiriam de acordo com as entonações oriundas das lideranças carismáticas. Segundo Aarão Reis Filho, “Para além dos partidos, o povo seria galvanizado pelos movimentos de massa e pelas lideranças carismáticas” (REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p. 350 e 351).

As relações dos governantes populistas com as classes trabalhadoras se dariam por meio dos representantes sindicais. Lideranças que, conforme observou Aarão Reis Filho, na análise de Ianni são apresentados como meros instrumentos destinados a um fim específico, a manipulação das massas (REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p.350 e 351). Essa situação era, em grande escala, complementada por determinadas características do proletariado. “[...] Um universo social e cultural atrasado, marcado pelo misticismo, pela violência e pelo conformismo como soluções tradicionais, impediam o surgimento de uma consciência crítica, de classe, entre os trabalhadores” (REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p.351).

De acordo com as proposições apresentadas por Aarão Reis Filho, identifica-se na obra de Ianni um proletariado retrógrado, desprovido

de qualquer consciência de classe. Um conjunto de trabalhadores com uma mentalidade propícia à manipulação, indivíduos inconscientes que agiam de acordo com os interesses das classes dominantes. Na perspectiva de Daniel Aarão Reis Filho, na obra de Ianni os operários não aparecem, em nenhum momento, determinando suas ações e omissões de forma consciente, evidenciando a sua capacidade autônoma de avaliar situações, calcular probabilidades e fazer escolhas. Por outro lado, quem aparece agindo de maneira consciente, organizando e condicionando suas ações para a manutenção do status quo, é justamente a elite. (REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p.353).

Aarão Reis Filho, na tentativa de elaborar uma visão panorâmica da interpretação feita por Ianni, no que tange ao jogo político entre as classes sociais, existente no interior do “modelo getuliano”, efetua as seguintes considerações:

Tentemos um resumo, com todos os riscos que isso possa comportar: de um lado, do lado dos dominantes, lideranças superconscientes que, por processos mal esclarecidos, conseguem forjar uma cultura política hegemônica, um muro contra o qual nada podem a pertinácia e o talento das propostas alternativas. De outro: esquerdas iludidas, oportunistas, aprisionadas, engolfadas, desarmadas. No meio: as massas instrumentalizadas, galvanizadas, manipuladas. (REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p.356)

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, JOÃO GOULART E O POPULISMO EM OCTAVIO IANNI E LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA: CONFRONTANDO PERSPECTIVAS DISTINTAS

Tendo em vista alguns dos principais argumentos de Ianni e zelando pelo princípio da contraposição, é cabível trazer a baila algumas considerações de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Em contraponto a visão apresentada por Ianni, Bandeira afirma que as forças sindicais atuavam como elementos de ligação entre as classes trabalhadoras e o Governo Federal, funcionando como uma frente de defesa às reivindicações econômicas e políticas do proletariado e influenciando decisivamente na atuação dos representantes do poder público.

Com Goulart, as pressões dos sindicatos

passaram, pela primeira vez, a influir diretamente sobre o governo, a condicionar suas decisões políticas e a obstaculizar a aplicação de medidas econômicas, como a contenção dos salários, contrárias aos interesses dos trabalhadores (BANDEIRA, 2001, p. 67).

Já o proletariado, na perspectiva de L.A. Moniz Bandeira, trilhava por um caminho de politização crescente, em um considerável amadurecimento político enquanto classe social e não massa desprovida de consciência política. Dessa forma, enfatiza que:

O proletariado, desde o episódio da luta pela posse de Goulart, amadurecia, politicamente, como classe e os líderes sindicais formaram o Comando Geral de trabalhadores (CGT), o Pacto da Unidade de Ação (PUA) e outras associações em nível regional, a fim de coordenar e unificar o movimento operário, não somente para defender reivindicações econômicas como também para influir nas decisões do poder público, em sua política e mesmo em sua composição (BANDEIRA, 1978, p. 59 – Grifo nosso).

Outro ponto de divergência entre os posicionamentos de O. Ianni e L.A. Moniz Bandeira diz respeito à caracterização de João Goulart enquanto um político populista. Para Ianni, o político populista se caracterizaria pelo seu caráter de liderança carismática, pelo seu poder de persuasão. “Em geral, eles eram os demagogos mais bem sucedidos junto às massas. Alguns alcançaram a categoria de personalidades carismáticas” (IANNI, 1971, p. 207). Em outro trecho, Ianni reforça essa visão do populismo como algo indissociável da personificação, afirmando que:

[...] os movimentos de massas e as lideranças carismáticas galvanizam o povo, além dos programas formais. Ou seja, os programas só ganham sentido quando identificados com uma pessoa, isto é, um líder; em geral, o presidente, às vezes o governador e, mais raramente, o deputado, o prefeito e o vereador (IANNI, 1971, p. 66).

De tal maneira, líderes como Leonel Briozola, Jânio Quadros e João Goulart, dentre outros, são simplesmente interpretados como continuadores de uma política de massas, demagogos que se valiam, dentre outros elementos, de seu carisma para exercer o controle dos tra-

balhadores e das lideranças sindicalistas. “Mas Goulart é um líder populista. Traz consigo todos os compromissos e ambigüidades da política de massas” (IANNI, 1971, p. 209).

Moniz Bandeira transita por vias distintas, não considerando João Goulart como um líder dotado de um projeto populista de ação política. Ressalta que: “Ele não atuava como demagogo, que entorpeceria as massas e as desorganizava, para resguardar o domínio do grande capital [...]” (BANDEIRA, 2001, p. 52). Bandeira enfatiza o fato de que o governo de João Goulart não se constituía em um projeto delineado a partir de uma política populista. Goulart seria dessa feita um reformista, legalista e nacionalista, suas ações pautar-se-iam em uma política que preconizava os interesses do povo. A política do ex-presidente era descrita por Bandeira da seguinte forma:

[...] Goulart era um reformista. E sua política fundamentalmente se assentou na massa organizada, nos sindicatos e em um partido político, o PTB, bem ou mal um partido de composição operária, cuja práxis mais se assemelhava à da social-democracia europeia depois da guerra de 1914-1918, nas condições históricas do Brasil, do que à práxis do populismo. (BANDEIRA, 2001, p. 52 e 53).

Um ponto de convergência passível de percepção, ainda que parcial, entre as visões dos dois autores diz respeito ao aspecto de inevitabilidade do golpe de Estado. Ianni, em sua interpretação, deixa transparecer um posicionamento no qual a ação humana acaba por ser determinada pelas alterações estruturais. A derrubada do governo João Goulart surge como mais um desdobramento de alterações no “padrão de acumulação de capital” (FERREIRA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 346). Segundo Jorge Ferreira, os autores que tecem suas argumentações em defesa dessas ideias trabalham com a premissa de que o golpe de Estado ocorrido em 1964 seria um acontecimento inevitável. Logo, se o golpe era inevitável, subentende-se que ele poderia ser um acontecimento previsto.

É interessante observar que Bandeira, segundo suas próprias afirmações, já advogava a inevitabilidade e previa o golpe de Estado. “[...] advoguei, então, que cabia às forças de vanguarda ‘preparar a insurreição, a tomada do poder’, como forma de enfrentar o golpe de Estado, que ocorreria conforme eu estava a pre-

ver” (BANDEIRA, 2001, p.14). O autor previa os acontecimentos e já alertava as forças de vanguarda e as massas sobre o que deveriam fazer. Na obra *O caminho da revolução brasileira*, publicada dois anos antes do golpe de Estado, já fazia a seguinte observação:

As classes dominantes, como na Argentina, darão o primeiro tiro. Para elas já se torna, cada vez mais, insustentável essa legalidade, o atual regime, uma vez que não conseguem resolver os seus problemas. Más, às massas operárias e camponesas caberá o segundo. E não podem errar. (BANDEIRA, 1962, p. 165).

O autor, prevendo os acontecimentos, convocava as lideranças sindicais e as classes trabalhadoras a oferecerem resistência à implantação de um regime ditatorial no país, preparando uma resposta imediata ao golpe de Estado.

Não se tratava, portanto, de preparar as massas para um levante sob o governo de João Goulart, para disparar o primeiro tiro, mas para dar o segundo, ou seja, para responder ao golpe de Estado que me parecia inevitável, em consequência das lutas sociais e das contradições políticas intestinas, bem como do recrudescimento da guerra fria no continente, ao assumir a revolução em Cuba um caráter socialista (BANDEIRA, 2001, p. 14).

A análise desenvolvida por O Ianni se insere em um contexto conturbado da história nacional. Levada a público no final da década de 60, é uma análise oriunda dos questionamentos de uma época, partindo de uma busca pela compreensão dos acontecimentos que marcaram aquele período. A reconstituição da trajetória do populismo no Brasil levava a um encaixe teórico definido, que acabava por justificar os desdobramentos políticos e econômicos dos últimos anos.

Em um passeio pelas linhas grafadas por Ianni torna-se possível observar alguns elementos indicativos das inclinações teóricas internalizadas pelo autor. Observando a obra como um todo, sem deixar, no entanto, de observar alguns fragmentos em suas especificidades, é possível constatar indícios que apontam para influências de cunho marxista em sua abordagem. Pensando em termos de totalidade, é possível destacar que a análise do autor se compõe em termos de uma abordagem estruturalista dos acontecimentos, levando a uma interpretação que recai

sobre certo determinismo econômico vinculado a vertentes do Marxismo.

Especificamente, alguns trechos da obra trazem a baila outros sinais indicativos relativos à percepção ideológica do autor. Nas considerações finais, o autor chama a atenção para o fato de que, após o golpe de Estado, teve início um “novo” regime administrativo no país. Tratava-se de um regime levado a cabo através de uma atuação autoritária e coercitiva. O novo regime, segundo ele, procurou “[...] destruir as organizações, técnicas, lideranças e ideologias criadas durante a vigência do populismo” (IANNI, 1971, p. 212).

De acordo com as observações de Daniel Aarão Reis Filho, “[...] Eliminara-se a democracia populista, mas sem a abertura de novos horizontes ou alternativas”. Além do mais, os novos dirigentes nacionais demonstravam claramente a sua debilidade em dar contornos resolutivos aos dilemas internos do país. Isso, mais cedo ou mais tarde, resultaria em problemas econômicos e políticos, criando todo um clima de animosidade e fixando as bases para a emergência de movimentos revolucionários (REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p. 357). Nas palavras de Octávio Ianni:

Assim, as relações entre as classes sociais adquirem contornos cada vez mais nítidos. À medida que se asfixiam os movimentos de massas (no proletariado urbano e rural), surgem novas manifestações da luta de classes. O populismo terá sido apenas uma etapa na história das relações entre as classes sociais (IANNI, 1971, p. 213 – Grifo nosso).

Observa-se, conforme alguns trechos anteriormente transcritos, a menção ao conceito luta de classes, conceito recorrente no interior de círculos intelectuais marxistas. Luta de classes se constitui em um conceito essencial para a grande maioria dos estudiosos que circundam as teorizações de Karl Marx, atuando como fator potencializador da mutabilidade social, o verdadeiro motor da história. Afinal, segundo o próprio Marx, “A História de todas as sociedades que existiram até hoje é a História da luta de classes [...] ora disfarçada, ora aberta que terminou sempre ou com a transformação revolucionária de toda a sociedade [...]” (MARX; ENGELS, 2006, p.45).

Aliás, o conceito luta de classes aparece também nas linhas escritas por Moniz Bandeira.

Não por acaso, o editor responsável pela publicação de sua obra, Ênio Silveira, na apresentação da 1ª edição do livro, fez a seguinte observação:

Os principais protagonistas desta história foram, assim, as classes sociais. O governo João Goulart refletiu o aguçamento de suas lutas - diz-nos ele. Lutas que continuam e, como as de ontem ou de amanhã, irão definir, num processo encadeado, onde nada é gratuito ou ocorre por acidente, o desenrolar de nossa história nacional (SILVEIRA. In: BANDEIRA, 2001, p.316).

Considerando o contexto em meio ao qual as duas obras aqui analisadas foram publicadas, é cabível trazer a tona uma observação do historiador Carlos Fico, por mais que esse autor não esteja se referindo diretamente aos dois intelectuais aqui observados. Segundo Fico, nos anos de vigência da ditadura militar, o simples fato de que determinados intelectuais adotassem pressupostos teóricos ou temáticos marxistas se apresentaria como uma forma de luta ideológica contra o regime ditatorial (FICO, 2004, p. 22).

O colapso do populismo no Brasil tem seus contornos conclusivos a partir do seguinte trecho: “[...] no limite do populismo está a luta de classes. Da mesma forma, no limite da ditadura de vocação fascista pode estar à sociedade socialista” (IANNI, 1971, p. 213). Do exposto, interpreta-se que a luta de classes encerrou mais uma etapa da história nacional, a etapa do populismo. Da mesma maneira, por meio da luta de classes o regime implantado após o golpe de Estado poderia ser suplantado pelo Socialismo. Em tal citação, subentende-se certa projeção utópica na qual as etapas do processo histórico caminhariam no sentido de uma sociedade marcadamente socialista. Considerando o contexto em que a análise foi desenvolvida e observando uma linha interpretativa em que a força motriz do processo histórico é a luta de classes e o objetivo central é a sociedade socialista, tal insinuação pode muito bem ser entendida como um chamado ao embate, revelando traços de uma concepção cuja origem pode ser encontrada em vertentes do Materialismo Histórico.

Deixando de lado a construção interpretativa per se, é importante destacar que, conforme o próprio Ianni afirmou, grande parte de sua formação intelectual se realizou a partir do estu-

do das obras de Karl Marx.

Mas foi depois de terminar o mestrado, quando estava em fase de redação da tese de doutorado, que iniciei o conhecimento mais sistemático da obra de Marx. [...]

Além de tudo, o conhecimento da dialética, por intermédio da obra de Marx, abriu outra perspectiva de análise da realidade brasileira e latino-americana. Ampliou-se a compreensão da sociedade enquanto uma realidade complexa, em termos sociais, econômicos, políticos, culturais (BASTOS et. al., 2006, p. 50).

Já a obra de Moniz Bandeira, conforme foi observado, surge com o objetivo de dar novos contornos interpretativos aos principais acontecimentos que marcaram a turbulenta década de 60. Em uma tentativa de reconstituir a memória do período, o autor enfatiza a postura trabalhista, legalista e nacionalista do governo Jango, a ação dos trabalhadores enquanto classe e a trama conspiratória que levou os militares ao poder, além de outros elementos. Tal postura acaba se tornando compreensível, na medida em que se começa a entender um pouco a trajetória e o posicionamento político do autor.

Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, nascido de uma família tradicional do estado da Bahia, teve sua carreira marcada pela vida acadêmica e também pela militância política (BANDEIRA, 2010, p. 2). Em uma entrevista concedida à Fundação Getúlio Vargas, em 2003, o autor destaca sua atuação como militante de esquerda desde a juventude. “Eu sempre fui vinculado a esse tipo de política. Eu organizei, naquela época, a Juventude Socialista, no Rio de Janeiro, e na Bahia, estabeleci um contato com a juventude Socialista de São Paulo” (BANDEIRA, 2010, p. 11).

Considerando também que a sua obra foi produzida entre fins de 1976 e início de 1977, em pleno regime ditatorial, e isto após o autor ter sido perseguido e preso algumas vezes pelo regime, Moniz Bandeira não teria lá muitos motivos para ver com bons olhos a ditadura militar. A saída seria reconstruir a memória de um período anterior ao rompimento da legalidade constitucional, ressaltando determinados aspectos em oposição ao regime ditatorial instaurado. Aliás, regime contra o qual o autor resistiu arduamente.

[...] Mas não admiti cuidar da minha vida pessoal, abandonar a luta, quando tantos companheiros empunhavam armas contra o regime autoritário e tombavam a tiro ou torturados. Era necessário para mim, que não optara pela guerrilha, enfrentar, como intelectual, todos os riscos, inclusive de morte, para os quais sempre me preparara (BANDEIRA, 2001, p. 19 e 20).

A reconstrução dos elementos históricos pretendida por Moniz Bandeira surge também como uma construção apologética da imagem de João Goulart. É perceptível a tentativa do autor de desconstruir a imagem depreciativa de Jango que se estabeleceu, por diversos meios, durante e depois do processo conspiratório que visava a sua derrubada. Tal construção é mais bem entendida na medida em que se observa que o Bandeira e Jango, principalmente a partir de 1964, mantiveram contatos diretos, sendo que o autor serviu-se inclusive de acervos documentais e entrevistas fornecidas pelo ex-presidente para a elaboração de seu livro (BANDEIRA, 2001, p. 21 a 23). Além, é claro, deve-se considerar que Moniz possuía fortes laços de ligação com o Partido Trabalhista Brasileiro, partido do qual Goulart era a figura de maior representatividade, cabendo ainda ressaltar que o autor trabalhou durante algum tempo na assessoria de um deputado trabalhista, Sergio Magalhães. Essas ligações muito provavelmente tiveram reflexos na postura política e, consequentemente, acadêmica assumida pelo autor.

A escrita e publicação de livros como expressão intelectual foram os meios encontrados por Moniz Bandeira para materializar a sua resistência ao regime ditatorial implantado em 1964 (BANDEIRA, 2001, p. 20). Muitos de seus livros, editados em pleno período de censura, foram publicados pela editora Civilização Brasileira, empresa que contava com o trabalho e a direção de Ênio Silveira. Este era um indivíduo que se declarava como um “verdadeiro defensor da legalidade democrática”. Assim, afirmava ele: “Sempre lutei pelos princípios democráticos, pois acredito apenas na sociedade democrática [...]” (SILVEIRA. In: TOLEDO, 1997, p.151). Ênio se relacionava com diversos intelectuais com inclinações de esquerda, chegando inclusive a dialogar com João Goulart, em uma tentativa de idealizar ações preventivas a serem postas em prática a fim de resistir a investidas golpistas. A partir do momento em que a ação golpista triun-

fou, o editor passou a ser perseguido, teve seus direitos políticos suspensos, foi alvo de mandados de prisão e a Editora Civilização Brasileira acabou sofrendo atentados à bomba em duas ocasiões. (SILVEIRA. In: TOLEDO, 1997, p.151 e 152).

Considerando o posicionamento político do editor no período anterior ao golpe de Estado e observando-se as situações às quais ele fora submetido por ocasião da ascensão dos militares ao poder, não se poderia, na nova conjuntura, esperar que Ênio Silveira passasse a publicar, de livre e espontânea vontade, trabalhos apologéticos ao novo regime. Segundo ele: “A Civilização Brasileira passou a ser o centro de reação sistemática [...]. Tratava-se, então, de organizar um sistema de reação à ditadura” (SILVEIRA. In: TOLEDO, 1997, p.153). Muitas obras eram levadas a público pela editora e esse mesmo volume ajudava a escamotear pontos de divergência implícitos em seu conteúdo, fazendo com que diversas críticas tenham passado despercebidas pela censura imposta pelos militares (SILVEIRA. In: TOLEDO, 1997, p.154).

Pensando no posicionamento que adquiriu a Civilização Brasileira no contexto ditatorial e nas várias obras publicadas pela editora em tal conjuntura, e, ainda tendo o conhecimento de que as obras *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964* e *O colapso do populismo no Brasil* fizeram parte desse conjunto, não é de se esperar que no conteúdo das mesmas estejam implícitas manifestações de afeição e admiração pelo regime autoritário implantado em 1964.

IANNI E BANDEIRA: UM OLHAR CRÍTICO DA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

As duas obras analisadas no decorrer deste estudo apresentam perspectivas de análise formuladas em pleno período de vigência do regime ditatorial no Brasil, sendo que as interpretações e formulações teóricas elaboradas por Ianni e Moniz Bandeira possuem grande proximidade com os acontecimentos e acabam por se constituir em representativas percepções da realidade de uma época. Percepções de indivíduos que presenciaram o processo e que elaboraram interpretações de alta repercussão no meio acadêmico.

Atualmente, tais interpretações foram re-avaliadas pela historiografia que se dedica ao

tema. Novas perspectivas de análise surgiram, dando aos fatos um olhar mais complexo e ressaltando aspectos mais abrangentes com relação ao desenrolar dos acontecimentos. Nesta toada, surgem alguns questionamentos: quais seriam as críticas? Como os historiadores que se dedicam ao tema observaram, nos últimos anos, as perspectivas de Ianni e Bandeira? É o que será traçado, ainda que de uma maneira abreviada e seletiva, nas linhas que se seguem.

As duas obras analisadas no decorrer deste artigo se constituem em interpretações que, comumente, são lembradas de maneira breve e sucinta nas páginas iniciais de algumas obras que tratam do tema, sendo apontadas, em alguns casos, como perspectivas ultrapassadas e desacreditadas. Um exemplo dessa situação está no capítulo intitulado “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”, de Jorge Ferreira. O autor aborda de maneira resumida as principais tendências interpretativas que foram construídas em torno do governo Goulart e do Golpe de 64. Nessa análise das correntes está presente o livro de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Por mais que não haja uma menção explícita à obra, o modelo de interpretação criticado por Ferreira deixa clara a referência. Segundo Ferreira, a perspectiva de análise que enfatiza os aspectos conspiratórios, atrelados a interesses nacionais e internacionais, do movimento golpista articulado em 1964, acaba por transferir a responsabilidade de um movimento nacional para o âmbito exterior. Nas palavras do autor:

[...] Iguualmente minimiza-se a participação dos grupos e das classes sociais que atuaram de maneira conflituosa dentro do país, deslocando para o exterior os protagonistas da própria história vivida pela sociedade brasileira. Nesse sentido o “culpado” pelo golpe teria sido outro, o “estrangeiro”. (FERREIRA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 347)

Nessa mesma linha, segundo Caio Navarro Toledo, asseverar que a articulação golpista foi desenvolvida por forças externas é o mesmo que colocar os grupos sociais nacionais, presentes e ativos no desenrolar dos acontecimentos, na posição de meras ferramentas de ação internacional, subordinados aos interesses norte-americanos (TOLEDO, 2004, p. 109).

Ferreira, ao apresentar menções e críticas às chamadas interpretações estruturalistas, não deixa de citar Octávio Ianni, concluindo

que as análises que se vinculam a tal tendência acabaram caindo no descrédito. Ele é taxativo e afirma que: “A tese que sustenta a inevitabilidade do golpe militar com base nas mudanças no padrão de acumulação de capital, [...] está, hoje, desacreditada” (FERREIRA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 346).

Paulo Roberto de Almeida, fazendo referência ao que ele chama de “subliteratura”, resalta a existência de um grande mito por ela difundido, o mito que relaciona o golpe de Estado de 1964 a uma espécie de confluência de interesses entre a elite brasileira e os representantes de empresas estrangeiras, além de órgãos como a CIA e a Embaixada Norte-Americana. Segundo Almeida:

Outro mito propagado nesse tipo de subliteratura constitui, pelo lado paranóico, o da conjunção de interesses entre, de um lado, os capitalistas nacionais, os militares e políticos entreguistas, sem falar dos reacionários do campo e da cidade, em primeiro lugar os latifundiários, e, de outro lado, os representantes do capital estrangeiro e os próprios enviados do império, com destaque para os agentes da CIA e os adidos militares da Embaixada americana, que foram os que induziram seus colegas brasileiros ao golpe. (ALMEIDA, 2009, p. 4)

Com relação à análise desenvolvida por Octávio Ianni, é fundamental observar o discurso de Carlos Fico, no qual até mesmo a validade e/ou existência, enquanto conceito, do populismo é questionada. Segundo Fico:

De outro lado, uma forte tradição do ensaísmo intelectual brasileiro colaborou para divulgar a tese de que o golpe de 1964 corresponderia ao colapso de um suposto padrão político, conhecido como “populismo”. A expressão, alçada por muitos ao patamar de conceito, designaria uma mescla improvável e sempre ambígua de manipulação política e autonomização do mesmo agente histórico (as “massas”), [...] (FICO, 2004, p. 28).

É perceptível, conforme se observa algumas das críticas que foram realizadas, que novas interpretações foram elaboradas. No entanto, isso não significa que aquelas análises efetuadas “no calor dos acontecimentos” tenham sido totalmente abandonadas ou tenham perdido importância. Muito pelo contrário, elas se cons-

tituem em interpretações significativas e que, como todas as demais, partem de um contexto histórico específico, servindo como resposta aos questionamentos de uma época. É necessário entender que se tratam de abordagens que, por mais que possuam algumas formulações que atualmente se encontram desacreditadas dentro de alguns círculos intelectuais, devem ser encaradas como fontes de análise de grande valia, pois representam interpretações sobre os acontecimentos de uma época, além de constituírem-se, elas próprias, em representações do período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, objetivou-se a elaboração de uma análise relativa a duas obras específicas, apresentando principalmente as ideias relativas ao golpe civil-militar ocorrido em 1964. Aspectos estes enfatizados pelo cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira e pelo sociólogo Octávio Ianni.

Observou-se que Moniz Bandeira e Ianni construíram suas interpretações em pleno período ditatorial e que em suas análises tentaram, por vias relativamente distintas, dar uma explicação para o movimento ocorrido na noite de 31 de março de 1964.

Constatou-se que os dois autores, nas obras estudadas, possuem posicionamentos divergentes com relação a alguns pontos. Para Ianni, as lideranças sindicais funcionavam como mecanismos de manipulação das massas. Contrariando essa interpretação, Bandeira argumenta que elas atuavam como elementos de ligação entre o proletariado e o governo. Proletariado que, aliás, aparecia em Ianni apenas como massa, um conjunto de indivíduos desprovidos de consciência e que eram controlados e manipulados pelas lideranças populistas. Já Bandeira enxergava os trabalhadores como uma classe que se conduzia rumo a uma politização crescente e que passava a participar cada vez mais das decisões do governo. Observou-se também que lideranças como João Goulart e Getúlio Vargas, na perspectiva de Octávio Ianni, eram verdadeiros líderes populistas, indivíduos que usavam seu carisma como forma de atrair e manipular as massas operárias. Moniz Bandeira, por sua vez, é firme ao argumentar que Goulart não se caracterizava como um político populista e sua política não poderia ser vista como a de um demagogo

que ludibriava as classes trabalhadoras.

No campo das similaridades, em um determinado aspecto, Bandeira e Ianni assumem posicionamentos semelhantes. Conforme foi constatado, existem similitudes na questão da inevitabilidade do golpe, ainda que por percepções e manifestações distintas.

Conforme inicialmente proposto, tentou-se, na medida do possível, entender as vinculações interpretativas de cada autor, observando-se, com o auxílio de interpretações de outros estudiosos contemporâneos, que a perspectiva de Ianni pode ser enquadrada nos moldes de uma análise estrutural, que revela traços marcantes com relação à vinculação com vertentes do Marxismo. Interpretação esta que acaba por negligenciar, de certa forma, a atuação humana com fator gerador e potencializador de mudanças no processo histórico. Já a análise de Bandeira é classificada como representante de uma vertente que defende o caráter intencional, conspiratório do golpe de Estado, depositando grande poder de atuação nos ombros de forças internacionais, as quais articularam o golpe de Estado em conjunto com a direita brasileira.

A expectativa, ao final deste trabalho, é de ter contribuído para um maior aprofundamento intelectual com relação às obras aqui observadas, objetivando a compreensão adequada das interpretações e de alguns fatores que possivelmente implicaram nos posicionamentos assumidos pelos dois autores, condicionando as perspectivas de análise, que não podem ser compreendidas sem um mergulho, ainda que superficial, no contexto em que cada obra foi produzida.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, P. R. Falácias acadêmicas, 7: os mitos em torno do movimento militar de 1964. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 95, p. 1-16, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/095/95pra.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2010.

BANDEIRA, L. A. M. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UNB, 2001.

_____. **Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (depoimento, 2003)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

_____. **O caminho da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Melso, 1962.

BASTOS, E. R. (Org.). **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006.

DELGADO, L. de A. N. **O comando geral dos trabalhadores no Brasil: 1961-1964**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 - 2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA, J. Introdução. In: FERREIRA, J. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Brasil Republicano, v. 3)

FICO, C. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GOMES, A. de C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. Tradução Pietro Nasseti. São Pau-

lo: Martin Claret, 2006.

MATTOS, M. B. O governo de João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263. 2008.

OLIVEIRA, M. R. de. Conspiração, populismo e golpe de Estado no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 17, p. 157-160, nov. 2001. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/238/23801713.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2010.

REIS FILHO, D. A. O colapso do colapso do populismo no Brasil ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, J. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVEIRA, E. A resistência no plano da cultura. In: TOLEDO, C. N. de. (Org.). **Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: UNICAMP, 1997.

TOLEDO, C. N. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

EL GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964 ENTRE LA CONSPIRACIÓN Y LA DEPENDENCIA ESTRUCTURAL: UM ESTUDIO DE LAS OBRAS DE MONIZ BANDEIRA Y OCTAVIO IANNI.

RESUMEN: En este estudio se discuten particularmente dos obras en las cuales es posible observar, entre otros elementos, explicaciones para el movimiento militar ocurrido en la noche de 31 de marzo de 1964. Las obras seleccionadas fueron: "O colapso do Populismo no Brasil" de Octavio Ianni, y "O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964" de Luiz Alberto Moniz Bandeira. El objetivo principal es identificar las principales características de esas obras para, posteriormente, contraponer sus explicaciones, situándolas en relación a la tradición interpretativa existente en el periodo, considerando que ambas surgieron en plena vigencia del régimen militar, hecho éste que hace con que se presenten de forma intrínseca e indeleblemente asociadas a este contexto.

PALABRAS CLAVE: Golpe civil militar de 1964; Gobierno João Goulart; Dictadura; Interpretaciones históricas.